CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2.156/79 (Proc. DREVP nº 5.152/79)

INTERESSADO: EPSG "EXTERNATO SÃO JOSÉ" / PINDAMONHANGABA

A S S U N T O : Relatório - Avaliação de escolaridade de
PATRÍCIA DE OLIVEIRA TEBERGA

R E L A T O R : Cons. JOAQUIM PEDRO VILAÇA DE SOUZA CAMPOS

PARECER CEE Nº 1108/81 - CEPG - Aprov. em 21 / 7 / 81

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

O presente protocolado já recebeu neste Conselho o Parecer CEE nº 1.802/79, referente à irregularidade de vida escolar da aluna por inobservância da Deliberação CEE nº 22/77.

Sua matrícula, efetuada em 1978 na 1ª série do ensino de 1º grau, foi declarada nula.

A Secretaria de Estado da Educação foi autorizada a proceder à avaliação da escolaridade da aluna, cujos resultados deveriam ser encaminhados a este Conselho, com a indicação da série em que foi autorizada a matrícula em 1979.

Cumpre-se agora o determinado naquele Parecer.

2. APRECIÇÃO:

De acordo com o documento de fls. 70, assinado pela autoridade competente, a aluna, submetida a processo de avaliação, foi considerada apta a continuar os estudos em nível de 2ª série do 1º grau da Sociedade Educadora e Instrutora de Pindamonhangaba, em 1980.

II - CONCLUSÃO

À vista dos resultados da avaliação da escolaridade da aluna PATRÍCIA DE OLIVEIRA TEBERGA, convalida-se sua matrícula na 2ª série do 1º grau da Escola Sociedade Educadora e Instrutora de Pindamonhangaba, em 1980, bem como os atos escolares subsequentemente praticados.

São Paulo, 17 de junho de 1981

a) Cons. JOAQUIM PEDRO VILAÇA DE SOUZA CAMPOS
Relator

PROCESSO CEE Nº 2156/79 PARECER CEE Nº 1 1 0 8 / 8 1 (fls.2.)

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Amélia Americano Domingues de Castro, Gerson Munhoz dos Santos, João Baptista Salles da Silva, Joaquim Pedro Vilaça de Souza Campos e Roberto Moreira.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 17 de junho de 1981.

a) Cons. JOÃO BATISTA SALLES DA SILVA

Presidente no exercício da presidência no Art. 13
Parag. 3º do Reg. CEE.